AS NEGOCIAÇÕES PARA A LIMITAÇÃO DE ARMAMENTOS NA DÉCADA DE 1930

Winston Churchill

O governo MacDonald-Baldwin considerou que devia aplicar durante algum tempo aos armamentos britânicos, já de si modestos, severas reduções a que a crise financeira tinha constrangido. O governo mantinha-se obstinadamente cego e surdo perante os sintomas inquietantes que se iam manifestando na Europa. Tratava-se de um esforço veemente para levar os vencedores a um desarmamento igual ao que fora imposto aos vencidos pelo Tratado de Versalhes. MacDonald e os seus colegas liberais e conservadores apoiaram toda uma série de projectos perante a Sociedade das Nações e por todas as vias que se lhes ofereciam. Se bem que a política francesa fosse continuamente variando e sendo marcada por flutuações sem grande alcance, os Franceses aferravam-se ao seu Exército como garantia principal da vida da França e dos seus aliados. Esta atitude valeu-lhes a censura, tanto da Grã-Bretanha como dos Estados Unidos. A opinião do público e da imprensa não estava minimamente fundada na realidade. A corrente a superar era bem forte.

Quando, em Maio de 1932, todos os partidos da Câmara dos Comuns glorificaram as virtudes do desarmamento, o ministro dos Negócios Estrangeiros estabeleceu uma nova classificação das armas, distinguindo aquelas que poderíamos conservar daquelas que devíamos interditar. A isso chamou de "desarmamento qualitativo". Era mais fácil expor a falsidade desta tese do que convencer os deputados. Declarei então:

> *O ministro dos Negócios Estrangeiros afirma-nos que é difícil distinguir as armas ofensivas das armas defensivas. Aceito-o sem dificuldade, uma vez que qualquer tipo de arma pode ser tão bem utilizado para o ataque como para a defesa, tanto pelo agressor como pela sua inocente vítima. Para tornar mais difícil a tarefa do agressor, devíamos relegar para a categoria proscrita das armas ofensivas a artilharia pesada, os carros de combate e os gases tóxicos. A invasão da França pela Alemanha atingiu o seu ponto mais avançado, em 1914, sem o recurso a qualquer destas armas. A artilharia pesada é classificada como 'arma ofensiva'. Consideramo-la legítima numa fortaleza, e, ali, conserva o seu carácter virtuoso e pacífico. Mas se a transportarmos para campo aberto – o que não deixaria de acontecer em caso de necessidade –, logo se torna perigosa, culpada, militarista, de tal modo que se torna necessário o seu banimento da civilização. Vejamos, agora, o caso dos carros de combate. Os Alemães, depois de invadirem a França, cavaram trincheiras, e, num espaço de dois anos, abateram 1.500.000 soldados franceses e britânicos que se esforçavam para libertar o território francês. O carro de combate foi inventado para vencer a oposição das metralhadoras, com a ajuda das quais os Alemães se mantinham em França. Salvou, assim, grandes quantidades de vidas humanas ao expulsar do território os invasores. Parece, presentemente, que a metralhadora, a arma que serviu aos Alemães para manter a posse de treze departamentos franceses, se tornou a virtuosa, a metralhadora defensiva, enquanto o carro de combate salvador de tantos aliados, deve merecer a reprovação de todos os homens bons e honestos...*
>
> *Uma classificação mais justa baniria as armas cuja acção é cega e que matam ou ferem não somente os combatentes regularmente empenhados mas também a população civil, os homens, as mulheres e as crianças que se encontrem muito afastados das zonas de combate. Parece-me, na verdade, que é nesta direcção que as nações reunidas em Genebra, de comum acordo, esperançosamente se poderiam empenhar.*

A terminar, anunciei solenemente, pela primeira vez, a guerra que se aproximava:

Lamentaria vivamente se visse produzir-se uma igualdade aproximativa entre as forças militares da França e da Alemanha. Aqueles que falam disso como se fosse uma coisa justa ou mesmo como uma questão de equidade subestimam todos a gravidade da situação europeia. Quero dizer àqueles que desejam uma paridade de armamento entre a França e a Alemanha: desejam a guerra? Pela minha parte, espero, seriamente, que nenhuma paridade desse género aconteça durante a minha vida ou a dos meus filhos. Esta posição não implica falta de respeito ou mesmo de admiração pelas grandes qualidades do povo alemão, mas estou certo de que a tese segundo a qual ele mereceria a igualdade militar com a França é daquelas que, uma vez concretizada, nos traria, a breve trecho, calamidades quase incomensuráveis.

O orçamento da aviação britânica de Março de 1933 revelou uma total falta de compreensão da situação tanto por parte do governo como da oposição, trabalhista ou liberal. Vi-me na obrigação de fazer as seguintes observações (14 de Março de 1933):

Tive o desgosto de ouvir o subsecretário de Estado declarar que nós somos apenas a quinta potência aérea e que o plano decenal tinha sido diferido de um ano. Fiquei irritado de o ouvir vangloriar-se do facto de o ministério do Ar não ter constituído uma única unidade nova no decurso do ano. A marcha dos acontecimentos torna todas estas ideias cada vez mais absurdas, e faríamos bem em concentrar, com mais vigor, os nossos esforços nas nossas defesas aéreas.

*
* *

Sob a direcção de um governo que se pretendia nacional, a opinião tendia, cada vez mais, a desligar-se dos assuntos respeitantes à Alemanha. Foi em vão que os Franceses salientaram, com razão, num memorando datado de 21 de Julho de 1931, que a segurança geral, dada em Versalhes, de uma limitação universal de armamentos, após o desarmamento unilateral da Alemanha, não constituía uma obrigação do tratado. Não era, seguramente, uma obrigação a que nos devêssemos sujeitar sem ter em conta o momento e as circunstâncias. E, no entanto, assim que, em 1932, os delegados alemães à conferência do desarmamento exigiram categoricamente o levantamento de todas as restrições ao seu direito de se rearmarem, encontraram um vasto apoio na imprensa britânica. O *Times* falou de uma "oportuna supressão de uma iniquidade" e o *New Statesman* do "reconhecimento, sem reservas, do princípio da igualdade entre os Estados". Queria isso dizer que os 70 milhões de Alemães deviam ser autorizados a rearmar-se e a preparar a guerra, sem que os vencedores da terrível luta passada tivessem o direito de fazer a mais pequena objecção. Igualdade de estatuto entre vencedores e vencidos; igualdade entre uma França de 39 milhões de habitantes e uma Alemanha quase duas vezes mais povoada.

A atitude britânica encorajou o governo alemão. Este atribuía a atitude inglesa à debilidade fundamental e à decadência inevitável que atinge uma sociedade democrática e parlamentar, mesmo se ela for de raça nórdica. Apoiados pelo grande movimento nacional desencadeado por Hitler, os Alemães decidiram seguir o caminho da arrogância. Em Julho, a sua delegação pegou nos respectivos dossiês e abandonou a conferência do desarmamento. O principal objectivo político dos Aliados foi, desde então, no sentido de os fazer regressar presenteando-os com diversas formas de bajulação. Em Novembro, os Franceses, submetidos a uma forte e contínua pressão britânica, propuseram o que, bastante injustamente, foi designado por 'plano Herriot'. O dito plano consistia, essencialmente, numa reforma de todas as forças armadas europeias, que se devia efectuar mediante um serviço militar de curta duração e uma limitação de efectivos; a paridade de estatuto era admitida, mas não necessariamente a igualdade de

forças. De facto, e em princípio, a aceitação da igualdade de estatuto impedia que, mais tarde, se recusasse a igualdade de forças. Isso permitiu que os governos aliados oferecessem à Alemanha "a igualdade de direitos num sistema que garantia a segurança de todas as nações". Mediante certas garantias ilusórias, os Franceses foram constrangidos a aceitar esta fórmula oca, graças à qual os Alemães condescenderam em voltar à conferência do desarmamento e se proclamou que uma grande vitória para a paz acabava de ser alcançada.

Levado pelo vento da popularidade, o governo de Sua Majestade propôs, seguidamente, em 16 de Março de 1933, o que foi designado pelo nome do seu inspirador, o 'plano MacDonald'. Tomava como ponto de partida o conceito francês de um serviço militar de curta duração – isto é, de oito meses – e pormenorizava os efectivos exactos atribuídos a cada exército nacional. O Exército Francês de tempo de paz devia ser reduzido de 500.000 para 200.000 homens, efectivo a que os Alemães também teriam direito. Nessa época, apesar de ainda não dispor de reservas instruídas, que só a regular conscrição anual assegura, o Exército Alemão podia já, sem dúvida, contar com mais de um milhão de voluntários inflamados e parcialmente equipados.[1] A potência alemã dispunha, além disso, dos mais recentes modelos de armamento que lhe eram fornecidos por uma indústria que se podia converter em indústria de guerra e que já o era parcialmente.

Após a 1.ª Guerra Mundial, a França e a Grã-Bretanha possuíam uma vasta artilharia pesada, enquanto o equivalente material alemão havia sido destruído, conforme estipulava o tratado. O Sr. MacDonald procurou remediar esta desigualdade flagrante propondo a limitação do calibre da artilharia de campanha aos 105 mm ou 4,2 polegadas. As bocas-de-fogo existentes até 6 polegadas podiam ser mantidas, mas nenhum material novo poderia ultrapassar as 4,2 polegadas. Em matéria naval, os interesses britânicos, distintos dos da França, continuariam a ser salvaguardados pela manutenção das cláusulas do tratado que restringiam os armamentos navais da Alemanha, e isso até 1935. Nesta data, devia ter lugar uma nova conferência naval. A criação de uma aviação militar continuaria interdita à Alemanha durante o período coberto pelo acordo, mas as três potências aliadas empenhar-se-iam em reduzir as suas próprias forças aéreas a quinhentos aviões por cada nação.

Antevia com enorme repugnância esta tentativa levada a cabo contra o potencial militar da França em favor da paridade entre a França e a Alemanha. Em 23 de Março, tive ocasião de me dirigir ao Parlamento nos seguintes termos:

> *Duvido que, nas presentes condições, seja sensato tentar forçar a França a aceitar um tal plano. Não creio que os Franceses estejam de acordo. Devem, seguramente, estar profundamente preocupados com o que se está a passar na Alemanha[2], do mesmo modo que pela atitude de certos outros vizinhos. Atrevo-me a declarar que, ao longo do mês de inquietações que está a terminar, muitas pessoas terão dito, como eu próprio disse durante vários anos: "Graças a Deus que há o Exército Francês". Quando lemos o que se está a passar na Alemanha, quando observamos, com surpresa e alvoroço, esta explosão tumultuosa de ferocidade e espírito guerreiro, os tratamentos impiedosos infligidos às minorias, a supressão dos direitos normais de um indivíduo numa sociedade civilizada, a perseguição de um grande número de pessoas por motivos meramente raciais, quando vemos tudo isso acontecer no seio de uma das nações mais dotadas, mais instruídas e mais versadas nas ciências, não podemos deixar de nos regozijar que essas paixões selvagens desencadeadas na Alemanha não tenham conseguido exercer-se senão*

[1] Recorda-se que, nos termos do Tratado de Versalhes, a conscrição universal fora interdita na Alemanha, podendo o exército contar apenas com 100.000 homens em serviço voluntário. Estas reservas provinham, justamente, dos voluntários que haviam passado pelas fileiras desde 1919. (Nota do tradutor)

[2] Adolf Hitler tornara-se chanceler do Reich, em 30 de Janeiro de 1933. (Nota do tradutor)

sobre os próprios Alemães. Parece-me que pedir à França, num momento como este, que diminua o seu exército para metade enquanto a Alemanha duplica o seu, e pedir-lhe também que corte a sua aviação para metade enquanto a da Alemanha fica intacta, é uma proposta que os Franceses considerarão inoportuna, pelo menos no que respeita ao presente. Os números fornecidos pelo plano no que concerne o potencial das forças terrestres e aéreas apontam, para a França, o mesmo número de aviões que para a Itália, o que deixa totalmente de lado o poderio aéreo da Alemanha.

Voltei a pedir a palavra em Abril:

Os Alemães pedem a paridade de armamentos e direitos iguais para todos em matéria de organização militar e naval. Há quem afirme: "Vocês não podem manter uma nação tão grande em situação de inferioridade. Eles devem ter o mesmo a que os outros têm direito". Nunca compartilhei desta opinião. Uma tal proposição é das mais perigosas. Nada na vida é eterno, mas é certo que se a Alemanha adquirir a paridade militar com os seus vizinhos, ver-nos-emos seguramente ameaçados, a breve trecho, por uma nova guerra geral europeia, porque as reivindicações da Alemanha não são satisfeitas e, infelizmente, sabemos qual é o seu estado de espírito.

[...] Uma das coisas tranquilizadoras que nos disseram após a Grande Guerra foi que seria para nós uma garantia de segurança se a Alemanha se tornasse uma democracia provida de instituições parlamentares. Todas essas ilusões foram destruídas pelos acontecimentos. Encontrais-vos diante de uma ditadura das mais ameaçadoras. Estais em presença de um militarismo que encoraja todas as formas de comportamento guerreiro. Recordemos, a este propósito, que o duelo é de novo consentido nas universidades e que o ministro da Educação recomenda a prática, nas escolas primárias, dos castigos corporais com palmatória. Sois testemunhas destas manifestações de espírito guerreiro e brigão e também não ignorais esta perseguição aos Judeus de que tantos deputados nos deram conta.

Deixemos agora a Alemanha e passemos à França. A França não é apenas a única grande democracia que sobrevive na Europa. É também – e satisfaz-me poder dizê-lo – a maior potência militar do Continente e está à cabeça de um sistema de nações e de Estados. A França é o garante e a protectora de pequenos Estados que vão, num arco de círculo, desde a Bélgica à Jugoslávia e à Roménia. Todos estes países têm os olhos postos na França. Sempre que a Inglaterra ou qualquer outra potência toma uma iniciativa que enfraquece a segurança diplomática ou militar da França, todas estas pequenas nações tremem de medo e de raiva. Temem ver debilitar a principal força que as protege e receiam ser assim deixadas à mercê da grande potência teutónica.

Quando consideramos que estes factos eram dificilmente contestáveis, não é fácil compreender nem os actos de um governo responsável, composto por personalidades respeitáveis, nem a opinião pública que tão calorosamente apoiou estes homens. Mas não havia nada a fazer, e eu tinha a impressão de que era como se eu tivesse sido abafado debaixo de um edredom. Lembro-me, muito especialmente, da expressão vexada e hostil que vislumbrei nos deputados de todos os partidos quando disse à Câmara: "Graças a Deus, há o Exército Francês!" Eram vãs as palavras.

Entretanto, os Franceses tiveram o atrevimento de insistir para que houvesse uma moratória de quatro anos antes de procederem à destruição do seu material de guerra pesado. O governo britânico aceitou esta emenda desde que se procedesse imediatamente à assinatura de um documento fixando o consentimento dos Franceses para a destruição ulterior da sua artilharia.

A França aquiesceu e, em 12 de Outubro de 1933, sir John Simon[3] submeteu estas propostas à conferência do desarmamento, não sem se lamentar que a Alemanha tinha mudado de posição no decurso das semanas precedentes. O resultado foi inesperado. Hitler, agora chanceler e senhor de toda a Alemanha, sentia-se forte desde que, após a subida ao poder, dera ordem para acelerar audaciosamente o esforço seguido por toda a nação, tanto nos campos de treino como nas fábricas. Nem se deu ao trabalho de aceitar as ofertas 'à D. Quixote' que lhe eram feitas com insistência. Com um gesto pleno de desdém, ordenou ao seu governo que abandonasse a conferência do desarmamento e se retirasse da Sociedade das Nações. Foi esta a sorte do plano MacDonald.

In Winston Churchill, *The Second World War*

Tradução de David Martelo a partir da versão francesa da obra – *Mémoires sur la deuxième Guerre Mondiale – Vol. I – L'Orage Approche – D'Une Guerre à l'autre – 1919-1939*, Plon, Paris, 1948, pp. 72-78. – Novembro de 2017

[3] Ministro dos Negócios Estrangeiros. (Nota do tradutor)